

Reportagem

Um plano de obras chamado PAC

Edney Cielici Dias

Programa é festejado pelo setor da construção, responsável por documento que serviu de inspiração para o plano. Mas as lideranças empresariais enxergam as medidas como estratégia eficiente apenas em prazo determinado, enquanto as reformas estruturais da economia não são viabilizadas

IMPERFEIÇÕES à parte, o PAC é uma vitória para a construção civil. Na avaliação dos líderes dessa cadeia produtiva, o Programa de Aceleração do Crescimento é em sua essência uma aposta do governo no setor, finalmente reconhecido como peça fundamental para o desenvolvimento econômico. A construção civil teve duas décadas de atividade considerada pífia, quadro que começou a ser mudado nos últimos três anos – não por coincidência, nesse período os empresários do ramo começam a ter mais sucesso em chamar a atenção do governo para seu papel de força propulsora do PIB.

"Há muito tempo o setor luta para mostrar que é o caminho para crescer. Historicamente, de 63% a 65% da formação bruta de capital fixo, base de cálculo da taxa de investimento na economia, é de produção da construção. Tendo em vista isso, resolvemos formular uma proposta conjunta. Surgiu assim a União Nacional da Construção (UNC), que reúne as entidades representativas da atividade. A proposta, formulada com base em estudo da Fundação Getulio Vargas, foi enviada ao Executivo, que assimilou que construção é a mola do crescimento", explica João Claudio Robusti, presidente do Sinduscon-SP.

Para Melvyn Fox, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), o PAC se baseou quase que exclusivamente no setor. "Há muito tempo, estamos mostrando para o governo que a construção civil é o melhor caminho para o desenvolvimento sustentado do país. Outros países em desenvolvimento têm utilizado essa via e obtido resultados de crescimento melhores que o Brasil." A distribuição dos R$ 503,9 bilhões de investimentos do programa, a serem executados até o ano de 2010, demonstram a afirmação de Fox: 12% em infra-estrutura de transportes, 34% para infra-estrutura social e urbana e 54% para projetos de energia – ou seja, o que será realizado no âmbito do PAC passa necessariamente pela construção.

"O setor foi amplamente beneficiado", comemora Cláudio Conz, presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco).

> "Fomos a Brasília e dissemos: somos 13% do PIB. Coloquem em prática as medidas que sugerimos que nós garantimos 2,4% daquele crescimento que ninguém acha que será alcançado."
>
> **Cláudio Conz**, presidente da Anamaco

> "O país só tem uma solução: crescer. Mas a nossa infra-estrutura está falida. Quem pode ser contra recuperá-la?"
>
> **João Claudio Robusti**, presidente do Sinduscon-SP, sobre as negociações do PAC no Congresso Nacional

"Para o nosso lado, é extremamente positivo. Estamos organizando uma caravana para ir a Brasília. Vamos levantar o presidente no colo e passear com ele lá em volta do Palácio", completa com bom humor.

Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), entidade que congrega segmentos altamente envolvidos no PAC, vê no plano uma opção clara do governo com relação a um gargalo da economia brasileira. "Nenhuma nação desenvolvida está onde está sem investimento maciço em infra-estrutura e sem desenvolvimento tecnológico. O Estado disse com todas as letras que esse é o caminho e que não está mais disposto a sacrificar nenhum décimo de crescimento porque a carência de infra-estrutura foi um obstáculo."

Horizonte possível

Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), não foge à regra e está entusiasmado com o plano. No entanto ressalta que o PAC não pode ser visto como uma panacéia. "O papel do programa é dar uma alavancada na economia enquanto as grandes reformas – política, tributária, trabalhista, previdenciária – não se realizam. Essas grandes discussões darão sustentabilidade ao crescimento. O PAC não é um plano de desenvolvimento, é um plano de obras. Aliás, um bom programa de obras. Bem organizado e escolhido com critérios louváveis, pois prioriza a conclusão de projetos já iniciados e enfatiza a recuperação do patrimônio degradado. Define ainda claramente setores vitais para a economia e decisivos para qualquer programa de desenvolvimento."

No entendimento geral, não há como fugir de uma reestruturação ampla da economia. "Concordamos que as reformas são necessárias. O PAC é literalmente um plano de aceleração de curto prazo. A partir do ano que vem, o governo tem que trabalhar a sustentação do desenvolvimento", analisa Robusti. As medidas de alcance estrutural, segundo o presidente do Sinduscon-SP, têm que equacionar problemas há muito protelados. "A carga tributária é bruta, fere muito. O custeio da máquina precisa ser qualificado nas três esferas de governo, de forma a criar condições para uma melhor qualidade do gasto público. É preciso levar em conta que os encargos tributários sobre a folha de salários são muito elevados. Atualmente, está todo mundo insatisfeito: trabalhador, empresário e governo. Nesse contexto, é preciso também equacionar o déficit da Previdência."

A sustentação a médio e longo prazos é um dos pontos que preocupam a Abdib. "Acreditamos que o governo terá de enfrentar um programa ostensivo de melhoria na gestão do gasto público, para abrir espaço para a redução da carga tributária, o que também permitirá reduzir o déficit nominal do governo e, assim, os juros, de forma mais intensiva. A melhoria na gestão do gasto público é fundamental para que o governo deixe de tomar, via juros ou via carga tributária, os recursos que as famílias e as empresas precisam para con-

UNC PROPÔS AGENDA DO DESENVOLVIMENTO

"Fomos a Brasília e dissemos: somos 13% do PIB. Coloquem em prática as medidas que sugerimos que nós garantimos 2,4% daquele crescimento que ninguém acha que será alcançado." Com a frase acima, o presidente da Anamaco, Cláudio Conz, sintetiza a atuação da União Nacional da Construção (UNC) em seu processo de convencimento do governo federal.

A UNC foi criada no ano passado e representa 33 entidades nacionais e 60 regionais de toda a cadeia produtiva da construção. A proposta apresentada pela entidade ao Executivo encontra-se formalizada no documento *A Construção do desenvolvimento sustentado – a importância da construção na vida econômica*, elaborado a partir de estudo da FGV Projetos*.

O trabalho mostra a importância de investimentos em construção para transformar a condição econômica e social no Brasil, em razão da interface de sua cadeia produtiva com os diversos setores da economia nacional.

O texto defende que investimentos em construção civil são fundamentais para o desenvolvimento sustentado da economia em razão de seus reflexos expressivos na riqueza nacional, no emprego, nos investimentos, na arrecadação de impostos e na qualidade de vida da população.

Na avaliação do presidente do Sinduscon-SP, João Claudio Robusti, 80% do PAC foi extraído da proposta da UNC. A comparação das propostas mostra que não há exagero na afirmação.

* Disponível na internet, entre outros, no endereço: www.sindusconsp.com.br/especiais/Uniao_nacional_construcao/doc_unc.pdf

> "O PAC é um programa de obras bem organizado e escolhido com critérios louváveis, pois prioriza a conclusão de projetos já iniciados e enfatiza a recuperação do patrimônio degradado."
>
> **Paulo Safady Simão**, presidente da CBIC

> "O Estado disse com todas as letras que esse é o caminho e que não está mais disposto a sacrificar nenhum décimo de crescimento por causa da carência de infra-estrutura."
>
> **Paulo Godoy**, presidente da Abdib

sumo e investimentos. Isso é fundamental para um crescimento equilibrado da economia", avalia Godoy.

Licença para trabalhar

Outras questões institucionais precisam ser equacionadas urgentemente para não comprometer o PAC, como a burocracia e o desaparelhamento de órgãos públicos e as dificuldades de obtenção de licenças ambientais. Robusti explica que este último ponto afeta vários tipos de investimento. "Não só nas grandes obras, como no caso, em São Paulo, do Rodoanel. Mas também preocupa em pequenos empreendimentos, como um conjunto habitacional. Há problemas de legislação conflitante entre município, Estado e União. A burocracia e a falta de articulação dos três entes federativos acaba atrasando e onerando investimentos."

Para a CBIC, o governo – ao depositar confiança nas empresas estatais e privadas e delegar-lhes 86% dos recursos e, por conseqüência, do sucesso do PAC – tenta minimizar a deficiência do setor público e dar outra dinâmica aos projetos e obras. "Caberá ao Comitê Gestor do programa a tarefa de acompanhar e fiscalizar o PAC, corrigir seus rumos e diminuir os efeitos dos eventuais problemas com a máquina pública", afirma Simão.

Capacidade ociosa

Para a Abramat, a indústria de materiais de construção está preparada para aumentar sua atividade e não vai pressionar os índices de preços. "Temos uma capacidade ociosa de 30%. A indústria pode absorver sem problemas a demanda adicional gerada pelo plano", afirma Fox. O setor de materiais cresceu 5,6% em 2006 e deve chegar a 8% em 2007, mas, para o presidente da Abramat, isso não pode ser encarado como um sinal de alerta. "O governo tem um temor exagerado. A inflação está sendo contida. Não existe um tendência mundial que sinalize para preços mais altos, muito pelo contrário."

Segundo a Anamaco, as indústrias ampliam naturalmente a capacidade produtiva com a perspectiva de crescimento constante. "Além disso, o dólar está inibindo exportações e sobram produtos para o mercado interno", analisa Conz.

Mas tanto a Abramat como a Anamaco consideram que o governo foi, de início, tímido na redução da carga tributária incidente sobre os materiais de construção.

"Em 2006, houve a redução de IPI de com 41 itens, o que acelerou o crescimento da atividade. O próprio governo utilizou isso com argumento de que haveria mais empregos . As vendas dos produtos desonerados cresceram 10% no ano passado. No PAC foi contemplado apenas o aço, o que foi decepcionante", afirma Fox. A expectativa era de que houvesse reduções para o cimento, os materiais elétricos, as fechaduras, entre outros. Por ora, isso não ocorreu.

"Mas a Dilma (Rousseff) e o (Fernando) Furlan disseram que vai haver mais desoneração", lembra Conz, para quem o setor tem feito um trabalho consistente sobre os efeitos da desoneração. Ele exemplifica os argumentos que têm sido levados aos ministros. "Um simples disjuntor tem 15% de IPI. Como a empresa organizada vai operar? Onde o IPI passou para 5%, acabou o ataque de material contrabandeado, em geral fora das normas técnicas. Não tem sentido IPI acima de 5% para os produtos da casa própria."

As entidades trabalham atualmente para conseguir reduções do ICMS. "O ideal seria um tributo unificado, mas isso deve demorar. Enquanto isso, trabalhamos isoladamente para conseguir a contribuição dos Estados", explica Fox. Na avaliação de Conz, à exceção de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, os Estados não têm reduzido as alíquotas do imposto, que estão entre 17% e 18%.

Habitação social

O volume de recursos governamentais destinado à moradia social, para famílias com renda até cinco salários mínimos, foi pequeno na avaliação do Sinduscon-SP.

"A questão da moradia digna para a população não foi encarada de frente no PAC. As três esferas de governo têm que se engajar em uma política articulada", avalia Robusti. Nas contas do Sinduscon-SP, o governo acrescentou apenas R$ 2 bilhões ao ano para essa finalidade. "É um dinheiro bem-vindo", diz Robusti, "mas insuficiente. Além do que, será direcionado apenas em parte para a construção de moradias novas."

O desafio da habitação com qualidade não pode ser enfrentado sem subsídios. "Mas subsídio não é só dinheiro: é desoneração, doação, construir infra-estrutura. É também necessário direcionar. Queremos adensar? Construir na cidade ou na periferia? É preciso ter uma política. É preciso foco, meta", avalia Robusti.

O programa é tímido nessa questão também para a CBIC. "Estamos fazendo gestões junto ao governo no sentido de melhorar esse aspecto. Não entendemos retirar recursos do FGTS para infra-estrutura enquanto o programa de habitação e saneamento está longe de ser resolvido. O PAC fala em 4 milhões de novas unidades habitacionais, em reduzir o déficit habitacional em 50%. Mas os recursos do governo são insuficientes", diz Simão.

Negociações políticas

Com relação a distribuição regional de investimentos, fator importante nas negociações do PAC no Congresso, Simão

> "Temos uma capacidade ociosa de 30%. A indústria pode absorver sem problemas a demanda adicional gerada pelo plano. O governo tem um temor exagerado. A inflação está sendo contida. Não existe um tendência mundial que sinalize para preços mais altos, muito pelo contrário."
>
> **Melvyn Fox**, presidente da Abramat

pondera que é preciso dar um crédito ao Executivo. "É claro que o governo é do presidente Lula e do PT. Eles têm suas preferências. Do ponto de vista técnico, tenho restrições à transposição do rio São Francisco, por exemplo. A obra não poderia ser tocada de forma alguma como se encontra hoje, com insegurança e incertezas. Mas, do ponto de vista político, é uma opção que se fez." O importante, segundo Simão, é que o governo não está surdo às reivindicações. "Se alguma coisa coerente aparecer, mostrando mais viabilidade, haverá sensibilidade para fazer mudanças."

Para a CBIC, o Congresso tem papel decisivo para o aprimoramento dos projetos, como as medidas que tratam da mudança na Lei de Licitações e a definição do programa para a habitação de interesse social. "Não acredito que o Congresso colocará grandes obstáculos à aprovação das medidas que compõem o PAC, até mesmo porque há muito tempo a sociedade está reivindicando investimentos nas áreas de saneamento básico, energia, transportes", considera Simão.

Para Robusti, é fundamental que o plano não seja desqualificado nas discussões do Legislativo. "O país só tem uma solução: crescer. Mas a nossa infra-estrutura está falida. Quem pode ser contra recuperá-la?"

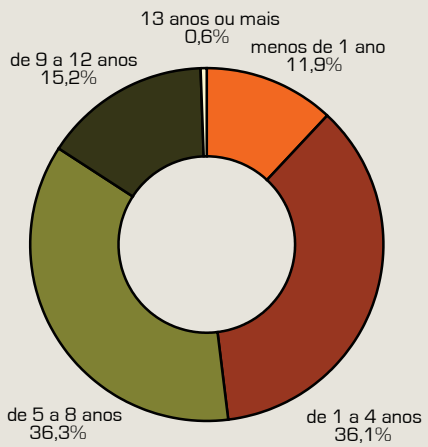
QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA É DESAFIO

As lideranças do setor alertam que a aceleração de atividade proposta pelo PAC implica equacionar a oferta escassa de mão-de-obra qualificada. Muitas inovações tecnológicas não são colocadas em prática por falta de capacitação dos trabalhadores. As entidades, atentas ao problema, têm lançado isoladamente programas de capacitação profissional que, num futuro próximo, podem ser unificados numa ação conjunta.

"O grande gargalo é qualificação. Estou falando de pintor, pedreiro, azulejista, serralheiro", diz Melvyn Fox. A Abramat tem um projeto em parceria com a Escola Politécnica, o Senai e setores governamentais. "Queremos elaborar um diagnóstico do que existe para apresentar um projeto de capacitação e certificação. O objetivo é formalizar a profissão do trabalhador da área da construção civil. O próprio Ministério do Trabalho está preocupado com isso, pois se trata de um dos segmentos de menor qualificação." Fox frisa que se refere a um contigente de 9 milhões de trabalhadores, ou 13% da mão-de-obra brasileira.

A escassez de profissionais capacitados tem explicação no cenário até recentemente enfrentado pelo setor. "Amargamos muitos anos de crescimento pífio, que acabaram gerando a desqualificação de profissionais, até porque não havia empreendimentos", diz João Claudio Robusti.

Anos de estudo da força de trabalho na construção*, 2005



Fonte: PNAD. *Inclui apenas auxiliares

Ele atenta, no entanto, que não falta gente disposta a trabalhar. "A taxa de desemprego é ainda muito elevada, em torno de 10%. Portanto o que pesa mesmo é a qualificação. O Sinduscon tem patrocinados cursos, estágios convênios com universidades antes mesmo do PAC. Agora, temos que acelerar essas iniciativas."

A CBIC também aponta uma desestruturação do setor no período de 20 anos em que ele cresceu a uma média inferior a 1% ao ano. Segundo Paulo Simão, as entidades estão mobilizadas em duas frentes: além do treinamento dos trabalhadores, investe-se na inovação tecnológica para substituir mão-de-obra.

A Anamaco vai lançar em breve um programa de qualificação profissional em parceria com o Senai. "Num mercado em expansão, esse é um problema muito agradável de resolver", diz Cláudio Conz. "Hoje, um colocador de piso e azulejo ganha o triplo de um engenheiro recém-formado." Para Conz, será natural otimizar no futuro as diversas iniciativas das entidades ligadas à UNC.